

Aula 7

GEOGRAFIA ELEITORAL – ASPECTOS TERRITORIAIS

META

No final da aula o aluno poderá entender a importância de um tema relacionado à Geografia Política – a questão eleitoral e seus aspectos territoriais, a importância da democracia representativa e do poder do voto.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Abordar a importância do processo eleitoral e seus rebatimentos territoriais, com base na democracia representativa e do sistema proporcional.

- Analisar aspectos da territorialização eleitoral e de sua divisão processada a partir das eleições legislativas.
- Analisar a dimensão do comportamento eleitoral, suas singularidades e a questão da magia do voto.

PRÉ-REQUISITOS

O principal requisito se refere ao domínio de algumas categorias políticas e que vimos na aula passada. Havendo esse domínio, o aluno não encontrará dificuldades em estudar o assunto que desenvolveremos na presente aula.
Bons estudos!

José Eloízio da Costa

INTRODUÇÃO

É fundamental o estudo das questões eleitorais nos dias atuais, até porque é a mais importante face da democracia. É claro que temos problemas e limitações e a democracia tem suas imperfeições, mas até agora não encontramos um modelo que pudesse substituí-lo.

A Geografia Política e sua emergente vertente, a Geografia Eleitoral, merece um cuidado especial, na medida os trabalhos acadêmicos são raros nessa área e a dimensão espacial tem sua importância, até porque os candidatos eleitos têm seus “lugares eleitorais” e que reproduzem essas lideranças territoriais por várias eleições. Não seria o velho voto do cabresto, mas uma nova dimensão eleitoral que materializa-se na territorialização do voto.

Assim, nessa aula vamos estudar algo diferente. Tentar entender como opera o processo eleitoral no Brasil, seu sistema institucional a partir da democracia representativa, o comportamento eleitor, esse fenômeno complexo e muitas vezes indecifráveis.

No final da aula vamos exemplificar alguns desses comportamentos a partir de estudos que analisaram algumas eleições, como as presidenciais.

É interessante focar esse tema, porque áreas afins estão apropriando o conteúdo, e estamos deixando essa invasão do conhecimento, que deveria ser estritamente geográfico.

Bom estudo!

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos temas pouco estudados pelos geógrafos ou até por estudiosos afins se refere a questão do processo eleitoral. A exceção seria, naturalmente, a Ciência Política.

Sabemos que no Brasil temos eleições a cada dois anos e o voto é obrigatório. Ninguém pode se esquivar de votar ou poderá sofrer sanções como não prestar concurso públicos, não se matricular em Universidades e quando empresas, seus sócios não poderão participar de contratos e licitações públicas.

Podemos dizer que atualmente o Brasil é uma das maiores democracias do mundo, em função do número de eleitores. São mais de 125 milhões de eleitores com capacidade para votar. O voto facultativo só é permitido para aqueles que estão da faixa dos 16 aos 18 anos e os maiores de 70 anos de idade.

Nesse aspecto, analisar esse processo dentro de uma perspectiva geográfica é de grande importância. Ou seja, podemos focar que os estudos sobre Geografia Eleitoral ainda estão por fazer.

E tentaremos colocar nessa aula os seus fundamentos e da natureza empírica das eleições e que rebatem na organização eleitoral dos territórios. Não podemos esquecer que as eleições sempre têm como base o território

eleitoral, que, no jargão popular denominamos de “curral eleitoral”. Esses lugares têm forte influência por determinadas lideranças políticas.

Vamos iniciar a nossa aula como entender o que significa realmente sistemas eleitorais.

SOBRE O SISTEMA ELEITORAL

Sistema nada mais é do que um conjunto de atividades inter-relacionadas, que se articulam entre si, havendo uma entrada e uma saída. É um movimento de fenômenos que se processa com certa identidade entre os mesmos, não havendo, necessariamente, qualquer ruptura no processo.

Em termos científicos, tudo pode se transformar em um sistema na medida em que as variáveis empregadas podem ser controladas e articuladas para definir determinados padrões podendo no final gerar novos conhecimentos.

Após a definição de sistema, mesmo que colocadas de forma introdutória, temos a noção de sistema eleitoral.

Todos sabem que eleição nada mais é do que um processo social de consulta a sociedade, realizada por uma instituição específica (Justiça Eleitoral), que busca escolher periodicamente representantes para ocuparem cargos políticos de poder. A escolha dar legitimidade e legalidade aos eleitos a ocuparem esses cargos.

Para isso, existe um conjunto de normas jurídicas que regulam o processo eleitoral, instituições (como a Justiça), estrutura e principalmente previsibilidade, na medida em que esse processo deverá ser contínuo.

As eleições no Brasil são realizadas nas dimensões municipal, estadual e federal e para os dois poderes (Legislativo e Executivo). Os eleitos exercem mandatos de quatro anos (a exceção dos eleitos para o senado). São dois momentos eleitorais: o primeiro é para eleger grupalmente o Presidente da República e os Governadores, eleitos para o Poder Executivo; os Senadores e Deputados Federais, respectivamente, para o Senado e a Câmara Federal; e os Deputados Estaduais para as Assembleias Legislativas. No segundo momento, são eleitos os Prefeitos, para o Poder Executivo Municipal e os Vereadores, para as Câmaras de Vereadores.

O sistema eleitoral no Brasil tem como base a Democracia Representativa. Ou seja, os escolhidos pelos eleitores são Representados pelos “Agentes Políticos”. É bom não confundir com “agentes públicos”. Esses são servidores públicos e são permanentes, e passaram por concurso público, instrumento também garantido pela Constituição Federal..

Dessa forma, não temos o processo de Democracia Direta na qual representa a consulta direta aos eleitores, ouvindo até mesmo suas opiniões e intervindo diretamente nas decisões políticas. Ou que seria praticamente impossível em decorrência da complexidade da sociedade. Daí a importância da democracia representativa. Tem seus defeitos, mas é o que mais dado certo em nossos dias.

No sistema eleitoral brasileiro, nós temos duas formas de eleição: o majoritário e proporcional.

O primeiro caracteriza-se pela escolha dos mais votados. Ou seja, aquele que tiver mais voto ganha as eleições. Isso é mais comum entre os candidatos aos cargos do Poder Executivo. Já o sistema proporcional caracteriza-se pela combinação de diversos elementos, como número de eleitores para cada estado (deputados federais) e para as eleições estaduais (para definir o número de cadeiras na Assembléia Legislativa); coligação partidária, voto preferencial e voto de legenda (veja a atividade que colocamos para responder no final da aula)

Por outro lado, o aluno deve saber também que essa democracia representativa só poderá ser efetivada a partir da existência de instituições públicas chamadas de Partidos Políticos. Ou seja, o eleito deve estar filiado a um partido político, ou não terá legitimidade para exercer o mandato.

Os partidos políticos são os mais diversos possíveis, e vai depender dos grupos sociais e políticos interessados na tomada das estruturas de Poder Político. Infelizmente os partidos políticos no Brasil são menos importantes que os agentes políticos. Servem apenas como meio para atingir o fim: o poder. Em países de democracia mais sólida, o partido político é mais importante que os filiados, o que demonstra a estabilidade dessas instituições. O sistema parlamentarista tem como base a solidez dos partidos políticos.

Já no Brasil, as lideranças dos partidos é quem comandam a máquina partidária. São os chamados caciques políticos, que definem os candidatos e com quem deve fazer as coligações. Infelizmente no Brasil o sistema partidário é frágil, isso em função da reduzida experiência democrática brasileira.

O aluno deve saber que muitas pessoas acham que “todos os políticos são iguais” e não sentem a menor vontade de votar. Acham desnecessários e geralmente votam nulo. Esse seria o outro lado da moeda. Também ruim, porque a política cai no descrédito.

Ou seja, se de um lado temos lideranças pessoais que são mais importantes que as instituições como os partidos políticos, do outro, temos eleitores conformados, apáticos e o caldo mais perigoso: a despolitização. Isso é um ingrediente para o surgimento de “salvadores da pátria” e que denigrem as instituições públicas. É um chamativo para lideranças autoritárias que desprezam as instituições.

Daí a importância desse assunto para o aluno do curso de Geografia na medida em que não devemos cair em armadilhas políticas dessa natureza e um estudo mais sério poderá contribuir para sairmos do discurso fácil, de que “todo político é igual”. Não bem assim, e esse tema poderá facilmente estudado dentro da perspectiva da Geografia Política.

Apenas agregamos mais dois elementos importantes do sistema eleitoral brasileiro: a questão dos dois turnos das eleições e do instituto reeleição.

Pelas normas jurídicas que regulam a questão, no Brasil as eleições são realizadas em dois turnos para aquelas cidades que tenham 200 ou mais

mil eleitores. E ela só poderá ser realizada quando um dos candidatos não atingir mais de 50% dos votos válidos. Logo, no segundo turno, os dois candidatos mais votados é que irão para a disputa.

Outra questão e que importa na perspectiva da Geografia Política refere-se à reeleição. No Brasil, em sua história política, nunca houve a aplicação desse expediente. Pela primeira vez foi aplicado nas eleições majoritárias de 1998 de uma emenda constitucional aprovada dois anos antes.

Ou que a reeleição significa? Como o próprio nome expressa, um candidato vitorioso nas eleições majoritárias do Poder Executivo, poderá se candidatar novamente, sem precisar sair do cargo político. Sem dúvida nenhuma que a reeleição já faz parte da nossa cultura política e não existem mais resistências em relação a essa questão.

UMA PITADA DA GEOGRAFIA NA QUESTÃO ELEITORAL: O USO DO TERRITÓRIO

Sem dúvida nenhuma que a Geografia Política deve dar sua contribuição para entender o processo eleitoral. A utilização da categoria miltoniana “uso do território” tem sua importância, quando as eleições devem ser vistas como ações dos atores políticos que rebatem no território, e seu maior resultado: a territorialização. A disputa eleitoral é rebatida no território, estruturada pelas lideranças políticas através dos Partidos, que inevitavelmente usam o espaço territorial como forma de garantir suas eleições. Como bem comenta ZANFOLI (2006, p. 03) em seu resumo de sua dissertação de mestrado e da necessidade da reforma política, questão, por sinal, discutida desde 2011:

Os partidos políticos participam do uso do território brasileiro disputando o controle de suas porções. Quando ganham um cargo, seja legislativo ou executivo, potencializam suas possibilidades de intervenção no território, participando da construção de novas materialidades, ora promovendo ora coibindo novos usos. Um novo sistema normativo, como é o caso da proposta de reforma política, pode significar outras possibilidades de uso do território pelos partidos políticos, beneficiando uns ou outros, porque estabelece novas regras para a concorrência eleitoral e para o financiamento das campanhas e quais alianças territoriais serão permitidas. Essas novas regulamentações podem influenciar, junto com outros fatores, futuras distribuições do poder dos partidos políticos pelo território. Ao mesmo tempo, o território usado participa não só da criação dessas novas normas como da sua eficácia, caso sejam adotadas, determinando se as novas leis serão apenas formas vazias, que perpetuam o mosaico político-territorial vigente, ou se promoverão novos arranjos territoriais.

É claro que todo processo eleitoral é estabelecido por alianças políticas que são definidas principalmente por territórios eleitorais. Todos sabem que lideranças políticas dominam territórios. Em Sergipe, por exemplo, todos sabem que determinadas lideranças regionais dominam territórios eleitorais há muito tempo. Municípios como Itabaiana e Lagarto, todos conhecem essas lideranças e são eles que possuem força eleitoral em seus territórios, definem prefeitos, deputados e apoio político para as eleições majoritárias (governador e presidente da república). Isso é o que chamamos de territorialização. Ninguém nesses lugares entra (como candidato) sem a permissão de sua liderança.

Mas também não podemos dizer que seriam currais eleitorais. Achamos que essa expressão é pejorativa, pois não temos mais eleitores subservientes ou fanáticos, mas conscientes da importância política de suas lideranças que defendem seus territórios nas instâncias do Poder Legislativo e Executivo e esses eleitores buscam resultados para seus territórios.

É claro que existe toda uma literatura no Brasil sobre a dominação política personalista, ou pela dominação dos poucos grupos políticos (oligarquia) que “organizam” seus votos de acordo com seus interesses e que cercam territorialmente seus espaços eleitorais. Mas jamais podemos afirmar que existe um processo de “fechamento territorial”, quando parte significativa desses eleitores assume independência de seu voto.

Não podemos deixar de dizer, que, mesmo que pequena, observamos relativa evolução da consciência eleitoral no Brasil, mesmo que a onda conservadora tenha mantido ainda como forma hegemônica de dominação política.

SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL

Nessa parte da aula vamos analisar uma das principais contribuições da Geografia para entender o processo eleitoral e saber que estamos trabalhando com um tema de grande mutabilidade, na medida em que diversas variáveis podem ser empregadas para entender porque determinado território tem uma tendência “progressista” ou “conservadora”.

Ou no dizer de CASTRO, após ter enumerado os fatores que refletem o comportamento eleitoral (2005, p. 159):

A geografia eleitoral contribui, em particular, para dar visibilidade aos marcos espaciais daqueles fatores, ou condições, que afetam o voto e os resultados das eleições. Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos, etc.

E que fatores são esses que CASTRO enumera? Claro, são aqueles de natureza geográfica, como perfil socioprofissional, ambiente cultural e religioso, faixa etária, gênero, etnia, legislação eleitoral, etc. Porém, esses fatores poderiam ser agregados outros, como o nível de escolaridade, renda individual e familiar e principalmente localização dos eleitores, subdividido em “região”, cidade e bairro.

A composição desses dados deve ser analisada em uma trajetória (ou seja, o comportamento no tempo), o que poderá contribuir no processo de evolução do comportamento eleitoral.

Sem dúvida nenhuma que o nível de escolaridade e a renda são variáveis importantes para definir o perfil eleitoral. Mas não suficientes, afinal a máxima que o “analfabetismo e a pobreza são os causadores do atraso político” não se aplica mais. Pelo contrário. Por incrível que pareça, mas a combinação de fatores (ou variáveis) como alta escolaridade, faixa etária mais alta e boa renda familiar; são determinantes para a definição do “voto conservador” no Brasil.

Essa é uma característica eleitoral bem comum nos países de capitalismo avançado, onde o conservadorismo político é um elemento determinante.

Para o Brasil, o quadro é preocupante, até porque mazelas como a má distribuição de renda ainda não foi resolvido, e o crescimento do eleitor conservador poderá contribuir no retardamento desses problemas estruturais. Por quê? Simples, o eleitor conservador elege candidatos não comprometidos com as mudanças sociais. São candidatos conservadores e geralmente de perfil de direita. Já os candidatos progressistas, tem um perfil mais de esquerda e querem mudanças no estado geral das coisas.

Para nós esse comportamento eleitoral será definido nas próximas eleições.

CASTRO (2005) aborda alguns elementos que afetam o espaço no que se refere ao comportamento eleitoral. A autora enumera quatro efeitos eleitorais que configuram uma boa leitura em termos espaciais. O primeiro efeito tem a ver com a influencia dos amigos e vizinhos.

O segundo eleito relaciona-se com temas locais e que tornam sensíveis para eleitores definirem candidatos que defendem suas causas. Nesse campo, as questões regionais falam mais alto que as ideológicas ou de preferência pessoal. O terceiro efeito tem a ver com a preferência dos partidos ou candidatos a determinados redutos eleitorais e que demonstram interesse para determinados grupos políticos.

Finalmente temos o efeito social dos votos, o que demonstra que o perfil socioeconômico é determinante na escolha de candidatos que refletem essa condição social. É claro, o efeito espacial é evidente na medida em que as classes sociais são organizadas no espaço.

Portanto, vamos a conclusão.

CONCLUSÃO

Opinamos por esse tema na Geografia Política em função da emergência temática e de ter se tornado um importante campo de estudo dos estudiosos da Geografia Humana.

Nesse aspecto, os estudos ainda precisam ser aprofundados e recursos que a Geografia possui, como a Cartografia Temática e a abordagem entre perfil de eleitores, território e candidatos; é um profundo campo de estudo.

É evidente que os recursos do Direito e da Ciência Política não podem ser colocados secundariamente, porque a natureza política das eleições, observado a partir de uma concepção espacial ou territorial, fortalece essas duas importantes áreas das Ciências Humanas. Não podemos relaxar e opinar que temos apenas um papel acessório nesse processo. Mas o contrário. E o que desenvolvemos na presente aula, foi apenas uma mera análise introdutória de um tema tão importante como esse.



RESUMO

A Geografia Eleitoral integra como um dos sub-ramos da Geografia Política e sua importância é cada vez mais crescente e esse campo de estudo está ainda por fazer. O mais importante, entretanto, é analisar a partir de uma perspectiva de organização do território eleitoral. O que reflete na necessidade de saber a dinâmica eleitoral articulando os agentes políticos, o perfil dos eleitores e a localização evidenciada por suas lideranças. No Brasil, nós sabemos que esse processo é comum. A primeira questão se refere ao entendimento do significado e operacionalização do sistema eleitoral. Todos sabem que eleição nada mais é do que um processo social de consulta a sociedade, realizada por uma instituição específica (Justiça Eleitoral), que busca escolher periodicamente representantes para ocuparem cargos políticos de poder. A escolha dar legitimidade e legalidade aos eleitos a ocuparem esses cargos. Essa seria uma das formas de materialização da democracia, que, no Brasil funciona pelos mecanismos da democracia representativa, onde sua principal característica é delegar poderes a um representante da sociedade dentro da estrutura do Estado, nos Poderes Legislativo e Executivo. Temos eleições pelo sistema proporcional e pelo sistema majoritário. O primeiro depende do número de eleitores por estado ou municípios, para definir o número de deputados estaduais, federais e vereadores; e o segundo caracteriza-se pela votação direta e o vencedor é que obteve maior número de votos. É o acontece nos cargos políticos do Poder Executivo, onde poderá ou não ter segundo turno. Na Geografia Política, a questão do uso do território é de fundamental importância dentro

da dinâmica do comportamento eleitoral na medida rebata na organização e de processo territorial. Podemos trabalhar com um conjunto de variáveis para determinar esse comportamento eleitoral, como renda, escolaridade e principalmente residência do eleitor.



ATIVIDADES

1. Faça uma pesquisa pela internet, enviando a resposta para o sistema CESAD no ambiente virtual da disciplina, das seguintes questões:
 - a) O que significa Coligação Partidária e porque esse processo político é realizado.
 - b) O que vem a ser voto preferencial e qual sua importância para a democracia. Tem a ver, por exemplo, com a liberdade política?
 - c) No mesmo sentido, o que significa voto de legenda. Quem ganha o partido ou o candidato do partido?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

As atividades apresentadas foram mais para definir expressões que cotidianamente observamos na mídia em relação ao processo eleitoral e a questão dos partidos políticos é de grande importância. E como sabemos, a disputa eleitoral opera por processos onde apenas um partido não resolve a questão.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos tratar de uma questão explosiva: a geografia política da guerra.



AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação que faço do tema que desenvolvemos na presente aula tem sua importância, por ser um tema emergente dentro da Geografia Política. Como dissemos acima, a Geografia Eleitoral está ainda por fazer e cabe

a nós geógrafos estabelecermos novos padrões metodológicos e principalmente teóricos para aprofundarmos em um tema tão interessante. Mas essa é a nossa pergunta: será que nos currículos dos cursos de Geografia é possível ter uma disciplina chamada “Geografia Eleitoral”? e um alerta, existe uma orgia de “novas disciplinas” como a Geografia do Trabalho, a Geografia da Saúde, etc. Será que cabe tudo?

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. A teoria da norma jurídica. São Paulo, editora EDIPRO, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2005.
- NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ZANFOLIN, Doraci Elias. Geografia Eleitoral: reforma política e uso do território brasileiro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 2006.